

Relator quer ouvir o DNER

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), anunciou ontem a disposição de convocar, na próxima semana, a diretoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para aprofundar as investigações sobre a participação das empreiteiras no esquema de manipulação de verbas públicas federais, denunciado pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos. Magalhães fez o anúncio depois de a CPI ter ouvido o depoimento do deputado José Carlos Vasconcellos.

Como acontecerá na véspera com o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), a CPI não conseguiu reunir evidências incriminatórias contra Vasconcellos, que acabou prestando um depoimento tranquilo e de forma segura. Apesar disso, o relator Roberto Magalhães considerou o depoimento "útil" para encaminhar as investigações da CPI agora no rumo do DNER. "Tenho elementos para fazer essas investigações e descobrir a reali-

dade sobre o relacionamento entre empreiteiras e DNER e empreiteiras e parlamentares", disse o relator. A diretoria do DNER poderá ser ouvida pela Subcomissão de Emendas.

Uma das curiosidades da CPI é saber por que o DNER se transformou numa espécie de feudo de políticos pernambucanos. Depois de Vasconcellos, o relator do orçamento do órgão foi o pernambucano Sérgio Guerra. No governo Collor, a diretoria-geral do DNER foi ocupada seguidamente por pernambucanos: José Henrique D'Amorim Figueiredo e Inaro Fontan.

Falha técnica - No depoimento, Vasconcellos tentou repetir, sem o mesmo brilhantismo, a estratégia seguida com êxito pelo seu conterrâneo Guerra de culpar a falta de estrutura da Comissão de Orçamento pelas suas falhas. "Do jeito que ela funciona, é preferível que ela não exista", argumentou. "A própria figura do relator-geral deveria ser abolida, é um homem com um enorme poder para manipular, digo, para controlar uma quantia imensa de recursos". Ele acrescentou que também a "irresponsabilidade e a falta de planejamento na execução orçamentária por

parte do Executivo" ampliam a possibilidade de corrupção no orçamento.

Vasconcellos apresentou cópia de requerimento para a instalação de uma CPI sobre a Comissão de Orçamento, assinado por ele e encabeçado pelo deputado Jacques Wagner (PT-BA) e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Essa CPI foi pedida em 1991, depois das primeiras denúncias contra o deputado João Alves (PPR-BA), mas inexplicavelmente não foi instalada. Quando foi interrogado pelo senador Élcio Álvares (PFL-ES), por que assinou o requerimento, Vasconcellos respondeu: "O noticiário da imprensa levantava suspeitas sobre a Comissão e quando percebi que meu nome seria envolvido, quis deixar transparente minha ação: se fosse um homem que recebesse propina, não assinaria o pedido".

Com relação às questões sobre a sua movimentação bancária e seu patrimônio, o deputado foi evasivo o tempo todo e prometeu prestar maiores esclarecimentos à CPI posteriormente. Uma das perguntas que Vasconcellos prometeu responder é a respeito da movimentação de uma conta na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque.